



PLANO E ORÇAMENTO  
2016

## ÍNDICE

---

I – PLANO DE ATIVIDADES .....	3
II – ORÇAMENTO ORDINÁRIO .....	10
RESUMO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS .....	17
RESUMO DO ORÇAMENTO DAS DESPESAS .....	18
DESENVOLVIMENTO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS .....	19
DESENVOLVIMENTO DO ORÇAMENTO DAS DESPESAS .....	20
III - PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O PLANO DE ACTIVIDADES E O ORÇAMENTO PARA 2016.....	23

## PLANO DE ATIVIDADES PARA O ANO DE 2016

---

### I – PLANO DE ATIVIDADES

Em cumprimento do disposto no Art.º 98º dos Estatutos, apresentamos e deixamos à consideração dos venerandos sócios o Orçamento Ordinário para o ano de 2016.

#### Abertura

Tem sido, desde sempre, uma preocupação do Conselho de Administração para as áreas, consideradas mais sensíveis, os Associados e a sustentabilidade do Cofre. Já nos referimos por diversas vezes, a esta temática, mas nunca é de mais insistir na necessidade de todos juntos continuarmos a trabalhar para a sua manutenção angariando associados, procurando aqueles, por serem mais jovens, nos tragam a médio e a longo prazo essa sustentabilidade.

Não nos tem chegado da parte das(os) associadas/os nenhum feedback quanto ao número angariado apesar das contrapartidas oferecidas. Mas o mais curioso são os sócias(os) trabalhadores do Cofre, salvo honrosas exceções também não. Vamos indexar ao Regulamento do Prémio de Produtividade, a angariação de sócios. Todos temos de ser mais criativos, persuasivos e dar assim um contributo maior, vamos mostrar aos mais novos a mais-valia em ser Associado do Cofre enquanto Instituição de apoio e solidariedade.

Estamos agora a utilizar uma estratégia diferente da usada até ao momento, menos burocracia e com a nova categoria de sócios temos vindo a conseguir um aumento significativo do valor referente às quotizações e do seu número, apesar da diminuição - pelos mais diversos motivos, destacando entre eles o perecimento de 715 Associados até ao dia de hoje 25 de Novembro.

Todavia, apesar do apelo para todos trabalharem no sentido de motivar os colegas, nos mais diversos locais de trabalho, para aderirem à causa do Cofre de uma maneira geral, com algumas exceções de louvar, a maior parte dos Associados pouco têm feito ou nada por isso.

Assim e por essa falta de contributo voluntário, resolvemos criar um grupo de trabalho, ligado ao Núcleo de Ação Social, no qual estão integrados dois prestadores de serviço e uma Senhora com uma larga experiência no marketing e já no terreno têm-se revelado uma mais-valia na recuperação de sócios eliminados e na captação de novos como se constata nos 769 Associados/as até ao aludido dia 25 confirmados.

A comunicação por excelência do Cofre, é a nossa Revista Cfr., em formato de papel e disponível na internet, facebook e no nosso sítio, todavia da leitura feita dos dados fornecidos, apesar de ter aumentado significativamente as visitas ao nosso sítio, ainda não é o suficiente e aquele grupo vai igualmente ter essa missão de mostrar o Cofre e divulgá-lo nos vários serviços da Administração Central, Local, Empresas Públicas e onde se mostre necessário.

A nossa perspetiva para o ano de 2016, apesar de todo este impasse, e de continuar a ser difícil, se as promessas feitas pelo primeiro-ministro indigitado forem consubstanciadas na prática, vai naturalmente permitir-nos algum desafogo económico. Todavia enquanto isso não acontecer temos de continuar a apoiar os sócios mais carenciados para poderem cumprir as suas obrigações.

As bolsas de estudo para estudantes do ensino secundário e universitário para o ano letivo de 2015/2016 têm sido um êxito, a oferta das residências universitárias nas cidades de Lisboa e do Porto esgotadas, sem aumento para este ano letivo, e da bolsa de compensação, conhecida por bolsa sénior, para os sócios com um rendimento insuficiente para o pagamento da prestação nas nossas residências, terá uma continuidade natural no ano de 2016.

O Seguro de Saúde, apesar das dificuldades aí está com um número muito razoável de novas adesões 708, apesar de ainda se encontrar aquém das nossas perspetivas. Continuamos a trabalhar para a sua melhoria juntamente com os nossos parceiros com o objetivo de chegar a um maior número de Associados e de locais.

Dentro da estratégia delineada para a aquisição de imóveis, sempre com o objetivo de obter uma mais-valia para o Cofre e seus Associados adquirimos um edifício na Estrada das Laranjeiras com o objetivo de ali, depois de realizadas algumas pequenas obras, destiná-lo à centralização dos serviços do Cofre.

Esta alteração tem a ver com a oportunidade de negócio dada a procura de edifícios na baixa nomeadamente o nosso prédio da Rua da Prata, apesar de se encontrar em obras de restauro. E nós temos de estar preparados para aproveitar o momento se ele surgir.

A gestão dos nossos Centros de Lazer passou a ser feita diretamente pelo Cofre e apesar de algumas dificuldades na Quinta de Santa Iria, superadas pela introdução de um novo equipamento informático de harmonia com a exigência da Administração Tributária, os resultados vão passar a ter controlo mais assertivo, todavia verificou-se uma melhoria acentuada nos seus resultados. O Centro de Lazer do Vau teve uma procura e um período de estadias dos mais prolongados na sua existência. Vamos, por isso, continuar com a política adotada para estes Centros, mantendo os preços para a próxima temporada.

A estratégia delineada, quanto à amortização da aquisição de habitação própria prossegue. Vamos continuar a baixar o valor da prestação aumentando o tempo para o fazer e assim contribuimos para uma maior disponibilidade financeira dos nossos Associados (as). Relativamente ao arrendamento, mantemos a decisão de não aplicar o coeficiente de aumento das rendas para o ano de 2016 e a taxa atual para a aquisição de habitação própria.

O Contencioso apesar de todos os mecanismos de prevenção, da obrigatoriedade de apresentação do recibo da remuneração e do certificado do Banco de Portugal, de não atribuir abonos aos requerentes quando, pelos mais variados motivos, não existe capacidade de esforço, aumentou ligeiramente para 4.028.767,44 €, apesar de se ter cobrado 826.530,86 €. Vamos tomar medidas mais rigorosas para inverter a situação.

Como sabem, não tem havido aumentos, exceto no ano de 2012, todavia temos duas classes de trabalhadores, auxiliares de lar e assistentes técnicos com salários cuja diferença entre outros trabalhadores do Cofre, apesar de naquele ano se ter diminuído um pouco, não é justificável dado o conteúdo de funções exercidas pelos demais, com exceção nas áreas técnicas jurídicas, económicas e de saúde, vamos por isso proceder a um aumento salarial até ao limite do descongelado, como sabem são 1000 euros mensais.

Apesar de prevista no Orçamento a venda de bens de investimento, dada a dificuldade na obtenção dos elementos exigidos para a sua venda como é o caso da certificação elétrica, apenas se formalizou com a assinatura do contrato de promessa a venda do prédio da Rua dos Sapateiros por 2 milhões de euros, foi mais uma oportunidade de negócio. Lembramos que este bem está escriturado na contabilidade por 1 milhão duzentos e setenta e cinco mil euros.

### Os projetos para o ano de 2016

**No nosso terreno de Queluz** depois de efetuada a limpeza do terreno e se ter construído o muro de segurança iremos fazer um concurso para o seu projeto para, numa primeira fase, construir uma Residência de Dia com particular ênfase nos doentes de Alzheimer e outras demências e um ATL. Esperamos da parte da Câmara de Sintra, uma maior disponibilidade para a concretização deste projeto e em nos falar do projetado para o terreno entre o do Cofre e o Quartel de Queluz.

**Na Quinta de Santa Iria – Covilhã** com o objetivo de economizar os combustíveis fósseis, (GAS) no corrente ano concluímos a montagem do ar condicionado nos apartamentos, a colocação de candeeiros solares por toda a quinta e com o mesmo objetivo de economia levaremos a cabo a montagem de um sistema híbrido de aquecimento através do sol e vento.

Conclui-se o Campus de Ciência Viva com a colocação dos painéis alusivos ao sistema solar e a representação das naves espaciais, continuámos com as reparações de água e eletricidade as quais julgávamos terminadas, mas de vez

enquanto vão surgindo surpresas como a ETAR que está a ser substituída por se ter danificado por insuficiência de capacidade.

Como referimos no último relatório, para tornar a piscina de adultos mais acessível a todas as faixas etárias, com segurança exigível, foi necessário terminar com a profundidade de 3 metros existente, obra em execução, fixando-a numa quota de 97 cm a 1,47 na descarga; rampa para deficientes e aumentando-a, para aproveitar os m<sup>3</sup> existentes para 25 metros, medida legal para a realização de desportos.

Com estas obras, a piscina infantil também é objecto de revisão, dotamos aqueles espaços de maior segurança, na sua utilização e sobretudo na qualidade da água. Além disso todos os Associados a poderão usar com segurança na realização de outros eventos nomeadamente a hidro – ginástica. Vamos deixa-la preparada, para uma 2.ª fase, tratar do aquecimento de água pelo sistema solar.

O Campus de Ciência tem mostrado uma grande vitalidade com a apresentação de vários programas ligados à ciência, os quais têm tido um grande acolhimento por parte dos mais e menos jovens como mostram as várias escolas que nos têm visitado cifrando-se até ao momento em mais de 425 visitantes sendo este rendimento essencial na sua amortização.

**No Centro de Lazer do Vau**, vamos aproveitar o mês de Janeiro para efetuar obras de restauro e conservação as quais são prementes realizar a fim de continuar a prestar naquele espaço um serviço confortável. Aguardamos a decisão da Câmara de Portimão quanto à decisão dos abrigos temporários para cães e gatos.

**Na Residência de Loures**, não foi possível ampliar a residência em mais 24 camas devido à discussão pública do Plano de Ordenamento Municipal, motivo para o atraso na aprovação do nosso projeto, discussão concluída e aprovado o Plano de Ordenamento foi mais tarde o nosso projeto aprovado. É nossa intenção, iniciarmos no decurso do ano de 2016 aquela ampliação.

**Na residência de Vila Fernando**, vamos criar na residência mais 5 camas, suprimindo as garagens entregues pela Gestão do Lar dos Amigos de Vila Fernando, as quais podem ser utilizadas para aquele fim depois de ali se realizarem as obras de adaptação.

**No concelho do Seixal**, como dissemos 70% dos nossos Associados localiza-se na área de Lisboa e Setúbal, e referimos a intenção de iniciar diligências junto das autarquias ou de particulares, já o fizemos e está em estudo um protocolo com uma entidade privada, que detém uma Residência Sénior na área daquele Concelho para alojar os nossos Associados Seniores ali residentes.

**No distrito de Leiria**, aproveitando a sua localização e os distritos confinantes, onde temos cerca de 6 mil sócios, e a oferta de condições especiais por parte da autarquia, iremos no ano de 2016 concretizar as diligências realizadas no sentido de obter um espaço com as dimensões dignas para a construção de mais uma Residência Sénior.

**No distrito do Porto**, o excesso de oferta em Residências Seniores como dissemos, levou-nos a desistir de construir o projeto da anterior gestão para Arcozelo – Gaia e avançar para a urbanização, a qual não tem sido fácil, as particularidades do terreno, curso de água, arruamentos entre outros. Esperamos concluir aquele projeto de urbanização com a sua viabilização por parte da Câmara Municipal de Gaia, a fim de se amortizar o investimento então realizado. Optámos por fazer protocolos para o alojamento dos nossos Associados daquela Região Norte.

**O financiamento à habitação e aos abonos reembolsáveis**, o agravamento da crise financeira e económica, à qual o Cofre não é imune, e o incumprimento obriga-nos à contenção orçamental, decidimos por isso manter a mesma dotação para o ano de 2016.

**Nos recursos humanos**, vamos continuar a sua valorização e o reconhecimento do mérito e da avaliação como fator decisivo na progressão profissional, pedindo alguns sacrifícios na contenção de pedidos de horas extraordinárias.



Para isso é fundamental a formação para existir a eficiência, a produtividade, a correção, a simpatia e a disponibilidade. A mobilidade interna é também um fator de inovação e conhecimento.

A avaliação de desempenho terá de ser rigorosa para poder ser justa, os melhores têm de ser distinguidos por isso as alterações verificadas a incidir no próximo ano com atribuição do prémio a partir da avaliação final de 4.

A otimização dos recursos humanos é um objetivo a polivalência dos novos contratos é uma realidade. Todavia o aumento dos serviços prestados, a exigência apesar da otimização, irá naturalmente exigir novas contratações, nomeadamente nas áreas técnicas.

## II – ORÇAMENTO ORDINÁRIO

### 1. - Considerações Técnicas

As estimativas, de receitas e despesas para o próximo ano, assentam em critérios rigorosos indispensáveis à segurança da instituição.

A análise financeira efetuada ao longo do ano de 2015, comparada com a de anos anteriores, permite-nos concluir pela realização dos objetivos ora propostos.

O “Orçamento” continua a ser construído na ótica das receitas e despesas, levando a confinar-se num “Mapa de Tesouraria” refletindo, apenas os movimentos relacionados com recebimentos e pagamentos ocorridos no decurso do respetivo ano. Não deixando por isso de ter outras premissas entre as quais estão prendem os prazos de recebimento, pagamento e os saldos a existir à data de 31 de Dezembro do ano em curso, assim como os saldos do ano orçamentado.

Neste Orçamento, os pagamentos das despesas correntes e de capital (Investimentos) são apresentados com dedução do IVA faturado, quando se relacionem com atividades passíveis deste imposto.

A receita é líquida de IVA. A diferença entre os valores a liquidar e os dedutíveis é inserida em “Operações extra – orçamentais”.

### 2.- Explicação Orçamental

Na explicação orçamental incluiremos, apenas, as rubricas que, pelo seu peso percentual, mereçam ser objeto de comentários.

#### 2.1. Receitas Correntes

Para o total de 7.141.000,00 € previstos em Receitas Correntes, as componentes a assumirem maior importância pelo seu peso percentual são, os “Rendimentos da propriedade” e as “Transferências correntes”. Os primeiros respeitam a juros

obtidos com os empréstimos concedidos e os segundos aos recebimentos da Quotização, Serviços prestados nos empreendimentos do Vau e Covilhã e residências seniores e universitárias.

### 2.1.1 – Rendimentos da Propriedade

Um dos capítulos que integram as “Receitas Corrente” é o de “Rendimento da Propriedade”.

#### *2.1.1.1.- “Juros - Famílias” – “Abonos Reembolsáveis”*

No conjunto dos financiamentos concedidos, são os abonos reembolsáveis os mais procurados. Contribuem para este afluxo, as condições de reembolso, não só no referente aos prazos mas também às taxas de remuneração.

#### *2.1.1.2.- “Juros - Famílias” – “Propriedade Resolúvel” e “Obras de Beneficiação”*

Quanto à propriedade resolúvel a dotação para o ano de 2016 manteve a mesma dotação em relação ao ano anterior.

#### *2.1.1.3- “Juros – Sociedades Financeiras”*

Os juros estimados nesta rubrica são inerentes às “Aplicações de tesouraria” existentes nesta data e que manteremos em 2016. Prevê-se um total de 44.000,00 €.

Estima-se na rubrica “Rendimentos da propriedade – Famílias”, correspondendo ao total de juros provenientes dos financiamentos à habitação e de abonos reembolsáveis, seja na ordem de 1.540.000,00 €.

Assim, em “Rendimentos da propriedade” prevê-se um total de 1.595.000,00 €, sendo 1.540.000,00 € relativos a “Juros - Famílias”, 11.000,00 € de juros provenientes da imobilização financeira em Títulos de dívida pública e 44.000,00 € de “Juros -Sociedades financeiras”.

## 2.1.2 - Transferências Correntes

### *2.1.2.1 - Famílias*

Para o conjunto de receitas provenientes de Quotização, Centro de Lazer – Vau, Unidade de Turismo Rural - Covilhã, Residências Seniores de Loures e Vila Fernando e Residências Universitárias de Lisboa e Porto, prevê-se um total de 5.200.000,00 €.

Quanto à Quotização, podemos estimar que do proveito total a obter no ano de 2016, somado ao saldo previsto para 31 de Dezembro de 2015 e deduzido do saldo provável em 31 de Dezembro de 2016, sejam cobrados, no decurso do ano orçamentado, 3.400.000,00 €.

Da ocupação do Centro de Lazer – Vau, podemos estimar que a cobrança desta receita seja de 525.000,00 €.

Na Residência de Loures, estima-se uma receita de 540.000,00 €.

Para a Residência de Vila Fernando, cuja capacidade máxima de ocupação já se atingiu, prevemos uma receita de 300.000,00 €.

Apesar da divulgação e da boa receptividade em relação ao empreendimento da Covilhã, continuamos a acautelar a receita da atividade desenvolvida na Unidade de Turismo Rural, estimando apenas 310.000,00 €.

Para as Residências Universitárias de Lisboa e do Porto, estima-se uma receita de 100.000,00€.

### *2.1.2.2.- Venda de bens e serviços correntes*

Este capítulo agrega as receitas provenientes de “venda” de outros serviços prestados, como viagens e arrendamento de habitações e edifícios (lojas do Vau), a realizar em 2016, e, ainda, a cobrança de saldos transitados de 2015, que esperamos atingir o valor de 314.000,00 €.

## **2.2.- Receitas de Capital**

### 2.2.1.- Ativos Financeiros

Ponderados os pressupostos para a previsão destes recursos, estima-se uma receita de “Ativos financeiros” aproximada de 5.761.000,00 €.

Para os “Abonos reembolsáveis”, procedemos ao cálculo do retorno de capital com base no prazo máximo de reembolso, embora a escolha dos associados seja diversificada.

Reforçando a margem de segurança nas estimativas efetuadas, no valor dos “Ativos financeiros”, foi também calculada e deduzida uma percentagem de novos valores para contencioso.

### 2.2.2.- Outras Receitas de Capital

Não foram, totalmente utilizados os recursos disponíveis, prevendo-se que o valor que constitui o “Saldo da gerência anterior”, a transitar para o ano de 2016, seja na ordem de 3.600.000,00 €.

## **2.3- Operações extra - orçamentais**

Em “Operações de tesouraria – Retenção de receitas do Estado” são inseridos os descontos efetuados nos vencimentos dos funcionários, bem como os encargos do Cofre a entregar ao Estado no mês subsequente, tendo a correspondente contrapartida na rubrica com a mesma denominação em “Despesas”.

As “Outras Operações de Tesouraria” incluem também os fluxos relativos às operações com terceiros sem “receita” ou “despesa” mas com expressão na tesouraria.

## 2.4.- Despesas Correntes

Neste agrupamento inserem-se as Despesas com o pessoal, a Aquisição de bens, serviços e Transferências correntes, como despesas de maior volume.

Nas "Despesas com o pessoal", encontram-se previstos os ajustamentos necessários e inerentes à eficiência pretendida ao nível do funcionamento dos serviços que prestamos de acordo com o Quadro de Pessoal.

Em "Aquisição de bens e serviços", estão incluídas as despesas respeitantes aos fornecimentos e serviços adquiridos a entidades externas indispensáveis ao funcionamento das diversas atividades da Instituição.

Em "Transferências correntes", ajustamos os valores das rubricas que compõem este grupo e de acordo com os acontecimentos verificados ao longo do ano, elevando a previsão total para 899.000,00 €.

Continuamos a manter a rubrica "Dotação provisional" com o valor de 10.000,00 €, mas julgado tecnicamente correto, prevenindo a eventualidade de fazer face a pagamentos não previstos no orçamento.

O total de despesas correntes estimado atinge os 5.192.000,00 €.

## 2.5.- Despesas de Capital

O financiamento da tesouraria para o ano de 2016 será efetuado com o somatório dos fundos cuja existência se prevê para o final do ano de 2015 e dos recursos estimados para o ano a que respeita o Orçamento.

As componentes de maior volume são a "Aquisição de bens de capital" e os "Ativos financeiros", este último subdividindo-se em "Empréstimos de curto, médio e longo prazo" – "Sociedades financeiras" e "Famílias". Nestas "Famílias" estão incluídas as dotações entendidas como necessárias à satisfação dos pedidos de financiamento, tendo em conta a análise do comportamento dos associados.

A "Aquisição de bens de capital" corresponde aos Investimentos, aumentos de Ativos decorrentes de grandes beneficiações a efetuar em edifícios e habitações, ou substituição de bens. Para esta componente prevê-se um total de 6.840.000,00 €.

Os excedentes possíveis encontram-se integrados nas rubricas das Sociedades Financeiras, permite-nos prever um Saldo no fim do ano de 2016 de 1.550.000,00 €, uma parte aplicada em diversos produtos a médio e longo prazo e outra em disponibilidades a curto prazo.

Das dotações que compõem estas despesas com "Famílias", salientamos:

- Empréstimos a médio e longo prazo (financiamento para aquisição de habitação, transferências de hipotecas e obras de beneficiação): 2.750.000,00 €;
- Abonos reembolsáveis e Outros empréstimos: 6.650.000,00 €;
- Segundas tranches e seguintes, de empréstimos para a construção e beneficiação de habitação: 20.000,00 €.

Para a realização e integral cumprimento do orçamento é necessário contar com a colaboração de todos como tem acontecido, Associados, Trabalhadores e Órgãos Sociais.

A delicada situação económica vigente à qual o Cofre, como se aludiu, não está imune, deve consubstanciar em todos nós uma vontade ainda mais forte para a ultrapassar. O trabalho em prol da nossa comunidade mais desfavorecida, a ajuda através dos mecanismos colocados à sua disposição, as disponibilidades do Cofre e a nossa solidariedade serão uma realidade.

E;

Como é sabido a construção de qualquer orçamento tem por base pressupostos decorrentes do plano de atividades e, como não podia deixar de ser, de uma previsão das repercussões do seu desenvolvimento por quem

detém a responsabilidade de gestão da Instituição. Só assim se poderá entender como um instrumento de trabalho essencial.

Concluindo;

Tudo isto não teria sido possível sem a participação ativa e, diligente da maior parte dos trabalhadores do Cofre e dos nossos prestadores dos mais variados serviços.

Assim, esperamos, com este orçamento merecer a vossa aprovação.

Lisboa, 25 de Novembro de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Américo Tomé Jardim*

*Francisco Manuel Feliciano Pinteus*

*Vítor Calado Luz*

*Maria Catarina Gonçalves dos Santos*

*Maria Manuela Charrua Franco*



## RESUMO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS

Unidade: 1000€

CAPÍTULO	DESIGNAÇÃO	VALOR
	RECEITAS CORRENTES	
04	Taxas, multas e outras penalidades	30,00
05	Rendimentos da propriedade	1.595,00
06	Transferências correntes	5.200,00
07	Venda de bens e serviços correntes	314,00
08	Outras receitas correntes	2,00
	<b>Total de receitas correntes</b>	<b>7.141,00</b>
	RECEITAS DE CAPITAL	
09	Venda de bens de investimento	6.500,00
11	Activos financeiros	5.761,00
16	Saldo da gerência anterior	3.600,00
	<b>Total de receitas de capital</b>	<b>15.861,00</b>
17	Operações extra-orçamentais	1.850,00
	<b>Total orçamentado</b>	<b>24.852,00</b>

**RESUMO DO ORÇAMENTO DAS DESPESAS**

Unidade: 1000€

AGRUPAMENTO	DESIGNAÇÃO	VALOR
	DESPESAS CORRENTES	
01	Despesas com o pessoal	2.728,00
02	Aquisição de bens e serviços	1.540,00
03	Juros e outros encargos	5,00
04	Transferências correntes	899,00
06	Outras despesas correntes	20,00
	<b>Total de despesas correntes</b>	<b>5.192,00</b>
	DESPESAS DE CAPITAL	
07	Aquisição de bens de capital	6.840,00
09	Activos financeiros	10.970,00
	<b>Total de despesas de capital</b>	<b>17.810,00</b>
12	Operações extra-orçamentais	1.850,00
	<b>Total orçamentado</b>	<b>24.852,00</b>

**DESENVOLVIMENTO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS**

Unidade: 1000€

Capítulo	Grupo	Artigo	Designação	Artigo	Grupo	Capítulo
<b>RECEITAS CORRENTES</b>						
04	02		Taxas, multas e outras penalidades			
		01	Multas e outras penalidades			
		01	Juros de Mora	15,00		
		99	Multas e penalidades diversas	15,00	30,00	30,00
05	02		Rendimentos da propriedade			
		01	Juros - Sociedades financeiras			
		01	Bancos e outras instituições financeiras	44,00	44,00	
	03		Juros - Administrações públicas			
		02	Juros - Administ.central - Serviços e fundos autónomos	11,00	11,00	
	05		Juros - Famílias		1.540,00	1.595,00
06	08		Transferências correntes			
		01	Famílias			
		01	Famílias	5.200,00	5.200,00	5.200,00
07	02		Venda de bens e serviços correntes			
		02	Venda de Serviços			
		99	Outros	30,00	30,00	
	03		Rendas			
		01	Habitações	244,00		
		02	Edifícios	40,00	284,00	314,00
08	01		Outras receitas correntes			
		01	Outras			
		99	Outras	2,00	2,00	2,00
<b>Total de receitas correntes</b>						<b>7.141,00</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>						
09	02		Venda de bens de investimento			
		02	Habitações			
		10	Famílias	6.500,00	6.500,00	6.500,00
11	03		Activos financeiros			
		03	Títulos a médio e longo prazos			
		04	Administ.pública-Adm.central-Serv. e fundos autónomos	1,00	1,00	
	06		Empréstimos a médio e longo prazos			
		10	Famílias	5.760,00	5.760,00	5.761,00
16	01		Saldo da gerência anterior			
		01	Saldo orçamental			
		01	Na posse do serviço			
			A - Tesouraria (Bancos e Caixa)	600,00		
			B - Instituições Financeiras (Saldo de aplicações)	3.000,00	3.600,00	3.600,00
<b>Total de receitas de capital</b>						<b>15.861,00</b>
17	01		Operações extra - orçamentais		1.000,00	
		01	Operações de tesouraria - Retenção de receitas do Estado		850,00	1.850,00
		02	Outras operações de tesouraria			
<b>Total orçamentado</b>						<b>24.852,00</b>

## DESENVOLVIMENTO DO ORÇAMENTO DAS DESPESAS

Unidade: 1000€						
Agrup.	Subagrup.	Rubrica	Designação	Alín/Rubrica	Subagrupam	Agrupamento
			<b>DESPESAS CORRENTES</b>			
01			Despesas com o pessoal			
	01		Remunerações certas e permanentes			
		03	Pessoal dos quadros - Regime de função pública	1.360,00		
		04	Pessoal dos quadros - Regime cont.indiv.trabalho	1,00		
		06	Pessoal contratado a termo	149,00		
		07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	1,00		
		08	Pessoal aguardando aposentação	3,00		
		09	Pessoal em qualquer outra situação	2,00		
		11	Representação	1,00		
		13	Subsídio de refeição	130,00		
		14	Subsídio de férias e de Natal	246,50		
		15	Remunerações por doença e maternidade/patern	3,00	1.896,50	
	02		Abonos variáveis ou eventuais			
		02	Horas extraordinárias	15,00		
		04	Ajudas de custo	1,00		
		05	Abono para falhas	6,00		
		06	Formação	10,00		
		07	Colaboração técnica e especializada	1,00		
		11	Subsídio de turno	48,00		
		12	Indemnizações por cessação de funções	3,00		
		13	Outros suplementos e prémios	219,00		
		14	Outros abonos em numerário ou espécie			
			A - Remunerações de corpos gerentes	30,00		
			B - Outros abonos em numerário ou espécie	1,00	334,00	
	03		Segurança social			
		01	Encargos com a saúde	3,00		
		03	Subsídio familiar a crianças e jovens	1,50		
		04	Outras prestações familiares	1,00		
		05	Contribuições para a segurança social	414,00		
		08	Outras pensões	38,00		
		09	Seguros	39,00		
		10	Outras despesas de segurança social	1,00	497,50	2.728,00
02			Aquisição de bens e serviços			
	01		Aquisição de bens			
		02	Combustíveis e lubrificantes	40,00		
			<b>A transportar</b>	<b>40,00</b>		<b>2.728,00</b>

Unidade: 1000 €

Agrup.	Subagrup.	Rubrica	Designação	Alín/Rubrica	Subagrupam	Agrupamento
			<b>Transporte</b>	<b>40,00</b>		<b>2.728,00</b>
		04	Limpeza e higiene	60,00		
		06	Alimentação - Géneros para confeccionar	50,00		
		07	Vestuário e artigos pessoais	10,00		
		08	Material de escritório	30,00		
		11	Material de consumo clínico	6,00		
		15	Prémios, condecorações e ofertas	5,00		
		17	Ferramentas e utensílios	10,00		
		18	Livros e documentação técnica	2,00		
		21	Outros bens	40,00	253,00	
	02		Aquisição de serviços			
		01	Encargos das instalações	210,00		
		02	Limpeza e higiene	45,00		
		03	Conservação de bens	160,00		
		09	Comunicações	150,00		
		10	Transportes	3,00		
		11	Representações dos serviços	5,00		
		12	Seguros	50,00		
		13	Deslocações e estadas	10,00		
		14	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	4,00		
		15	Formação	5,00		
		17	Publicidade	5,00		
		18	Vigilância e segurança	2,50		
		19	Assistência técnica	5,00		
		20	Outros trabalhos especializados	507,50		
		25	Outros serviços	125,00	1.287,00	1.540,00
03			Juros e outros encargos			
	05		Outros juros			
		02	Outros	5,00	5,00	5,00
04			Transferências correntes			
	07		Instituições sem fins lucrativos			
		01	Instituições sem fins lucrativos	1,00	1,00	
	08		Famílias			
		02	Outras			
			A - Subsídios por morte, de luto e funeral	560,00		
			B - Reembolso de vencimentos perd. por doença	280,00		
			C - Rendas vitalícias	20,00		
			D - Bolsas de Estudo	35,00		
			E - Subsídios sociais	3,00	898,00	899,00
			<b>A transportar</b>			<b>5.172,00</b>

Unidade: 1000 €

Agrup.	Subagrup.	Rubrica	Designação	Alin/Rubrica	Subagrupam	Agrupamento
			<b>Transporte</b>			<b>5.172,00</b>
06			Outras despesas correntes			
	01		Dotação provisional		10,00	
	02		Diversas			
		01	Impostos e Taxas	1,00		
		03	Outras			
			A - Restituições	5,00		
			B - Diversos	4,00	10,00	20,00
			<b>Total de despesas correntes</b>			<b>5.192,00</b>
			<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>			
07			Aquisição de bens de capital			
	01		Investimentos			
		02	Habitacões	250,00		
		03	Edifícios	5.000,00		
		04	Construções diversas	5,00		
		06	Equipamento de transporte	25,00		
		07	Equipamento de informática	35,00		
		09	Equipamento administrativo	20,00		
		10	Equipamento básico	1.500,00		
		15	Outros investimentos	5,00	6.840,00	6.840,00
09			Activos financeiros			
	05		Empréstimos a curto prazo			
		03	Sociedades financeiras-Bancos e out.instit.financeiras	550,00	550,00	
	06		Empréstimos a médio e longo prazos			
		03	Sociedades financeiras-Bancos e out.instit.financeiras	1.000,00	1.000,00	
		13	Famílias - Outras			
			A - Propriedade resolúvel	2.500,00		
			B - Beneficiação em casa dos sócios	250,00		
			C - Subsídios reembolsáveis	6.500,00		
			D - Outros empréstimos ou adiantamentos	150,00		
			E - Empréstimos para construção e beneficiação, concedidos em anos ant.-2ª tranche e seguintes	20,00	9.420,00	10.970,00
			<b>Total de despesas de capital</b>			<b>17.810,00</b>
12			Operações extra-orçamentais			
	01		Operações de tesouraria - Entrega de receitas do Estado		1.000,00	
	02		Outras operações de tesouraria		850,00	1.850,00
			<b>Total orçamentado</b>			<b>24.852,00</b>

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

---

### **III - PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O PLANO DE ACTIVIDADES E O ORÇAMENTO PARA 2016**

Nos termos do artº 104º dos Estatutos do CPFAE, o Conselho Fiscal (CF), em sessão de 2 de Dezembro de 2015, analisou o Plano de Actividades e a Proposta de Orçamento para 2016 apresentados pelo Conselho de Administração (CA).

#### **1. PLANO DE ACTIVIDADES**

Sobre o Plano de Actividades, o CF teve em conta o esforço preconizado pelo CA, no sentido de prosseguir a política de apoio aos sócios em conformidade com a missão e objectivos do COFRE, designadamente:

- Em matéria de aquisição de habitação própria, em que, para além da manutenção do montante global para empréstimos, prevê a possibilidade de prosseguimento do abaixamento do valor das prestações mediante aumento do número das mesmas para amortização dos empréstimos;
- Manutenção do valor fixado no Orçamento anterior para empréstimos de pequena monta (abonos reembolsáveis) visando satisfazer necessidades financeiras inadiáveis dos sócios mais carenciados;
- Continuação da atribuição de bolsas de estudo para estudantes dos ensinos secundário e superior, bem como da compensação destinada aos sócios sem rendimentos para fazerem face às despesas relativas às residências seniores (ajudas conhecidas por bolsas seniores), em ambos os casos em número não inferior às actualmente atribuídas;
- Aumento do esforço já encetado no corrente ano, tendo em vista o alargamento das adesões relativas aos cartões de saúde.

O CF reconhece a preocupação do CA, por um lado, para a obtenção, no próximo ano, de melhores resultados na cobrança de dívidas que estão em contencioso, cobrança que no corrente ano já atingiu 826.530,86 €; e, por outro, no maior controlo quanto à capacidade de esforço dos sócios que pretendem beneficiar de empréstimos a acrescentar às medidas já implementadas nesta área. Porém, mantém a preocupação já manifestada noutros relatórios sobre este assunto, tanto mais que os incumprimentos atingem níveis elevados (4.028.767 € segundo o relatório do CA). Por isso, o CF recomenda que a intenção referida relativamente ao controlo do esforço financeiro venha a concretizar-se de modo efectivo e prioritário.

Também mereceu atenção especial do CF o movimento de associados, tornando-se necessário serem tomadas medidas que permitam repor as saídas quer por perecimento dos sócios mais idosos quer a pedido e ou por incumprimento quanto ao pagamento de quotas ou pela aplicação de pena de expulsão nos termos estatutários. Neste sentido, o Conselho congratula-se com as medidas preconizadas no Plano de Actividades, nomeadamente a diminuição da burocracia para novas admissões e a ligação da atribuição do prémio de produtividade aos trabalhadores do COFRE que contribuam para a angariação de novos sócios, bem como com a criação do grupo de trabalho, que já deu frutos, relacionado com a recuperação de sócios eliminados e com novas admissões, cujos resultados deverão ser minuciosamente monitorizados tendo em vista eventuais alterações de funcionamento que se mostrem necessárias ao aumento da eficácia e eficiência do grupo em causa.

O bem-estar dos utentes das Residências Seniores, cuja melhoria foi significativa nos últimos anos, exige pessoal motivado, sobretudo do que está mais ligado ao tratamento diário dos mesmos (higiene, refeições e execução de cuidados prescritos pelo pessoal médico). A mesma motivação é também essencial quanto ao pessoal afecto a funções administrativas. Por isso, o CF concorda com a observação efectuada pelo CA quanto à disparidade de remunerações e está de acordo com o aumento salarial proposto até ao limite do descongelamento.



O CF debruçou-se sobre a aquisição de novo edifício destinado à centralização dos serviços do COFRE e reconheceu que a medida é adequada porque da referida centralização podem resultar aumentos de produtividade para além da Instituição passar a ter instalações condignas. O Conselho teve em devida conta a informação de que os custos da medida em causa serão suportados pela alienação dos edifícios da Rua dos Sapateiros e da Rua da Prata, em termos vantajosos, como já se verificou com o da Rua dos Sapateiros, que foi vendido por dois milhões de euros e está escriturado na contabilidade por 1 milhão duzentos e setenta e cinco mil euros, e que naturalmente se vai verificar também relativamente ao da Rua da Prata.

Quanto aos projectos para 2016, dado que cada vez mais o COFRE vai ter de se ocupar com cuidados aos idosos, o CF concorda com as propostas relativas ao terreno de Queluz, às melhorias nas Residências de Loures e de Vila Fernando, à obtenção de um espaço para construção futura de uma Residência Sénior em Leiria, bem como com o protocolo previsto para o concelho do Seixal, tal como concorda ainda com o protocolo já existente no distrito do Porto. Para Queluz e Leiria, como tem sido norma, dever-se-á proceder aos necessários estudos técnicos e de viabilidade económica e financeira.

O CF congratulou-se com a atenção que o CA pretende continuar a dar aos recursos humanos, designadamente em matéria de formação, de avaliação do desempenho e de polivalência, tendo concordado com as alterações em relação à avaliação do desempenho/prémio de produtividade, permitindo que o prémio esteja efectivamente relacionado com a produtividade e não seja apenas uma remuneração sem ligação ao desempenho efectivo para além do normal.

## **2. PROPOSTA DE ORÇAMENTO**

Quanto à proposta de Orçamento, dado que sobre a explicitação do mesmo os sócios podem consultar os documentos apresentados pelo CA, o CF analisou

o montante das receitas e gastos previstos para 2016 relativamente a 2015, e os pontos mais relevantes que entendeu merecerem observações.

Quanto ao montante das receitas e gastos, verificou não existirem diferenças substanciais, pois o total das mesmas para o próximo exercício cifram-se, em ambos os casos, em 24.852.000 €, mantendo-se o equilíbrio orçamental e um aumento, em qualquer dos grupos, relativamente ao exercício anterior, de 495.000 €.

Do lado das receitas, este aumento deve-se, fundamentalmente, a uma previsão de mais 500.000 € na venda de bens de investimento (8.3%) e uma diminuição na venda de bens e serviços correntes de 29.000 € (-8.45%), diminuição devida, em última análise, à percepção da dificuldade de arrendamento de habitações (propriedades de investimento) degradadas ou situadas em locais não procurados.

No que se refere às despesas, há a assinalar a previsão de uma diminuição de 79.000 € relativamente ao pessoal (-2.81%) em comparação com o orçamento previsto para 2015, devida à redução do pagamento do prémio de produtividade após as alterações do respectivo regulamento já aprovadas por deliberação do CA. No entanto, esta diminuição nas despesas com o pessoal acabará, naturalmente, por ser absorvida pelo aumento das remunerações previstas no Plano de Actividades para trabalhadores pertencentes às carreiras de assistente técnico e auxiliares das Residências Sénior, pelo que caberá ao CA gerir o Orçamento por forma a este aumento ser possível por transferência de verbas.

Ainda no que se refere às despesas, a proposta orçamental prevê, quanto à rubrica transferências correntes, um acréscimo de 79.000 € (5.02%) face à proposta respeitante ao exercício anterior. O Conselho admite um aumento no que se refere aos subsídios por morte e às rendas vitalícias, porém, alerta o CA para a necessidade de na próxima Assembleia Extraordinária propor uma solução que preveja a redução da despesa pelo pagamento de reembolsos de vencimento perdido por doença, com reflexos assinaláveis na rubrica em

questão, dados os montantes incomportáveis que podem ser atingidos já no presente exercício – entre quatrocentos a quinhentos mil euros.

Sobre a execução orçamental, o CF recomenda ao CA que seja posta em prática uma gestão de racionalização dos gastos, de modo a diminuir as despesas nos Centros de Lazer e nas Residências Universitárias, que terão de tender, pelo menos, para o equilíbrio receitas/gastos, sugerindo, ainda, que nas Residências Seniores possa haver pagamentos diferenciados consoante a capacidade económica dos utentes.

Em conclusão, o CF considera adequado à missão e finalidades do COFRE as propostas referentes ao Plano de Actividades e ao Orçamento para 2016 e reconhece que estes documentos obedecem às normas legais e técnicas em vigor quanto à sua elaboração, pelo que entende que os instrumentos de gestão em causa estão em condições de serem aprovados.

Em 2 de Dezembro de 2015

O Conselho Fiscal,

*Elder Carlos de Sousa Fernandes*

*Hilário Cochicho Modas*

*José Aleixo Ramalho*

